



Medidas incluem vídeo-vigilância e botão de emergência

Programa para melhorar segurança dos tribunais vai hoje a Conselho de Ministros

O reforço da segurança activa e do sistema de vídeo-vigilância são medidas de um programa destinado a melhorar a segurança dos tribunais que vai hoje a Conselho de Ministros e que representa um investimento de 7,7 milhões de euros.

José Conde Rodrigues, secretário de Estado adjunto do ministro da Justiça, realçou a importância deste conjunto de medidas que visam "reforçar a segurança dos tribunais" e assegurar a tranquilidade de magistrados, funcionários judiciais, advogados, solicitadores e todos os cidadãos que se deslocam àqueles órgãos de soberania.

O programa integra um conjunto de medidas operacionais, procedimentais e organizacionais, de curto e médio prazo, que teve por base um relatório técnico elaborado por um grupo de trabalho de envolveu magistrados judiciais e do Ministério Público, advogados e elementos das forças de segurança, referiu Conde Rodrigues.

Visando também modernizar a segurança dos tribunais, o programa inclui soluções novas, como é o caso da instalação de um botão de emergência em salas de audiências, elaboração de uma carta de risco dos tribunais, um protocolo de procedimentos de segurança em cada tribunal e uma estrutura central de segurança dos tribunais.

Outro das medidas inovadoras, segundo o Governo, é a criação do Conselho de Segurança do Tribunal que junta o juiz presidente, Ministério Público, administrador, secretário do tribunal e o responsável da força de segurança territorial.

Conde Rodrigues apontou ainda o reforço de algumas medidas, como sejam o aumento do patrulhamento pelas forças de segurança junto dos tribunais, instalação de sistemas de alarme e instalação e utilização de dispositivos de detecção de metais.

Elaboração de uma carta de risco dos tribunais, protocolo de classificação e restrição de acesso dos espaços dos tribunais são outras das vertentes deste programa, sendo que algumas das medidas já estão em curso e outras terão impacto em 2009, mediante um investimento "muito forte", que deverá ter continuidade em anos seguintes.

O governante destacou o "investimento significativo" que já está a ser feito em sistemas de vídeo-vigilância e instalação e utilização de dispositivos de detecção de metais.

Questionado se as medidas deste programa surgiram como resposta a alertas de associações de juízes e à mediatização de situações de insegurança ocorridas em alguns tribunais, Conde Rodrigues vincoou que o trabalho destinado a melhorar as condições de segurança dos tribunais vem de trás e se realizou "independentemente da conjuntura".

Referiu, a propósito, que nos últimos três anos e meio tem-se procedido à remodelação de muitos edifícios jurídicos, sendo preocupação o reforço da respectiva segurança.

"De facto, agora é precisa uma resposta integrada que utilize mais meios de modo rigoroso e que responda a este desafio novo que é dar segurança a instalações públicas que são órgãos de soberania", concluiu Conde Rodrigues.